

**VIII CONCURSO DE CREDENCIAMENTO DE ESTAGIÁRIOS DO CURSO DE DIREITO,
PARA O MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE**

PROVA ÚNICA – CADERNO DE QUESTÕES

NOME:

LEIA ATENTAMENTE AS INSTRUÇÕES A SEGUIR:

1. Este caderno contém 10 (dez) páginas com 50 (cinquenta) questões de múltipla escolha, cada uma valendo 2,0 (dois) pontos, totalizando valor máximo de 100 (cem) pontos.
2. Se o caderno estiver incompleto ou contiver imperfeição gráfica que prejudique a leitura, solicite **IMEDIATAMENTE** ao fiscal a sua substituição.
3. Cada questão apresenta quatro opções de resposta (A, B, C e D), das quais somente uma atende às condições do enunciado. Interpretar as questões faz parte da avaliação; portanto, é vedado solicitar quaisquer esclarecimentos ao Fiscal.
4. O candidato receberá junto com este caderno de questões, a **FOLHA DE RESPOSTAS** (gabarito). Verifique se os dados impressos na **FOLHA DE RESPOSTAS** estão corretos. Caso contrário, comunique imediatamente ao Fiscal.
5. Após o recebimento da **FOLHA DE RESPOSTAS**, não a dobre nem a amasse, manipulando-a o mínimo possível. Assine seu nome no local indicado, com caneta esferográfica azul ou preta.
6. Após responder as questões neste caderno, o candidato deverá transcrever todas as alternativas assinaladas para a **FOLHA DE RESPOSTAS**, de acordo com as instruções nela contidas.
7. Questões com mais de uma alternativa assinalada, com rasura ou em branco serão anuladas. Portanto, ao preencher a **FOLHA DE RESPOSTAS**, faça-o cuidadosamente. Evite erros, pois não será possível a sua substituição.
8. O candidato dispõe de, no máximo, 3 (três) horas para responder às questões e preencher a **FOLHA DE RESPOSTAS**. O candidato que se retirar do ambiente de provas não poderá retornar em hipótese alguma. O candidato deverá permanecer, obrigatoriamente, no local de realização das provas por, no mínimo, uma hora após o início das provas.
9. Terminada a prova, avise ao Fiscal, pois este recolherá a **FOLHA DE RESPOSTAS** na carteira do candidato. O candidato somente poderá retirar-se do local de realização das provas levando o caderno de provas, após decorridas 02 horas do seu início.
10. Durante a realização da prova, não serão permitidas consultas à legislação, doutrina, jurisprudência, súmula ou anotações de quaisquer espécies, nem o porte de aparelhos eletrônicos, como telefones, *notebooks*, celulares, *palm*s e calculadoras.

DIREITO CONSTITUCIONAL

01 – Segundo o art. 5º da Carta Constitucional de 1988, assinale a alternativa incorreta:

- a) Ninguém será obrigado a fazer ou deixar de fazer alguma coisa senão em virtude de lei.
- b) É livre a manifestação do pensamento, sendo permitido o anonimato.
- c) É assegurado o direito de resposta, proporcional ao agravo, além da indenização por dano material, moral ou à imagem.
- d) A casa é asilo inviolável do indivíduo, ninguém nela podendo penetrar sem consentimento do morador, salvo em caso de flagrante delito ou desastre, ou para prestar socorro, ou, durante o dia, por determinação judicial.

02 – Sempre que a falta de norma regulamentadora torne inviável o exercício dos direitos e liberdades constitucionais e das prerrogativas inerentes à nacionalidade, à soberania e à cidadania terá como ação constitucional para garantir o exercício desse direito o (a):

- a) Mandado de Segurança
- b) Ação Popular
- c) Habeas Data
- d) Mandado de Injunção

03 – Conforme o art. 5º da Constituição Federal de 1988, assinale a alternativa incorreta:

- a) O Estado prestará assistência jurídica integral e gratuita aos que comprovarem insuficiência de recursos.
- b) A todos, no âmbito judicial e administrativo, são assegurados a razoável duração do processo e os meios que garantam a celeridade de sua tramitação.
- c) As normas definidoras dos direitos e garantias fundamentais têm aplicação imediata.
- d) Os tratados e convenções internacionais sobre direitos humanos que forem aprovados, em cada Casa do Congresso Nacional, em dois turnos, por dois quintos dos votos dos respectivos membros, serão equivalentes às medidas provisórias.

04 – É da competência exclusiva do Congresso Nacional, segundo a Constituição de 1988:

- a) Autorizar, por dois terços de seus membros, a instauração de processo contra o Presidente e o Vice-Presidente da República e os Ministros de Estado.
- b) Processar e julgar o Presidente e o Vice-Presidente da República nos crimes de responsabilidade.
- c) Autorizar o Presidente e o Vice-Presidente da República a se ausentarem do País, quando a ausência exceder a quinze dias.
- d) Proceder à tomada de contas do Presidente da República, quando não apresentadas ao Congresso Nacional dentro de sessenta dias após a abertura da sessão legislativa.

05 – Compõe-se de representantes do povo, eleitos, pelo sistema proporcional, em cada Estado, em cada Território e no Distrito Federal, de acordo com a Constituição Federal de 1988:

- a) O Senado Federal
- b) O Prefeito do Município
- c) O Governador do Estado
- d) A Câmara dos Deputados

06 – O Supremo Tribunal Federal, segundo assevera a Constituição Federal de 1988:

- a) Compõe-se de quinze Ministros, escolhidos dentre cidadãos com mais de trinta e cinco e menos de sessenta e cinco anos de idade, de notável saber jurídico e reputação ilibada.
- b) Seus Ministros serão nomeados pelo Presidente da República, depois de aprovada a escolha pela maioria absoluta do Senado Federal.
- c) Compete processar e julgar, originariamente nas infrações penais comuns e nos crimes de responsabilidade, o Presidente da República, o Vice-Presidente, os membros do Congresso Nacional, seus próprios Ministros e o Procurador-Geral da República.
- d) Compete processar e julgar, originariamente a homologação de sentenças estrangeiras e a concessão de exequatur às cartas rogatórias.

07 – Compete ao Superior Tribunal de Justiça, segundo a Constituição Federal de 1988:

- a) Processar e julgar, originariamente nos crimes comuns, os Governadores dos Estados e do Distrito Federal, e, nestes e nos de responsabilidade, os desembargadores dos Tribunais de Justiça dos Estados e do Distrito Federal, os membros dos Tribunais de Contas dos Estados e do Distrito Federal, os dos Tribunais Regionais Federais, dos Tribunais Regionais Eleitorais e do Trabalho, os membros dos Conselhos ou Tribunais de Contas dos Municípios e os do Ministério Público da União que oficiem perante tribunais.
- b) O litígio entre Estado estrangeiro ou organismo internacional e a União.
- c) As causas e os conflitos entre a União e os Estados, a União e o Distrito Federal, ou entre uns e outros, inclusive as respectivas entidades da administração indireta.
- d) A extradição solicitada por Estado estrangeiro.

08 – O Conselho Nacional do Ministério Público, segundo a Constituição Federal de 1988:

- a) Têm em sua composição quatro advogados, dois indicados pelo Conselho Federal da Ordem dos Advogados do Brasil e dois pelo Congresso Nacional.
- b) Têm em sua composição dois juízes, indicados um pelo Supremo Tribunal Federal e outro pelo Superior Tribunal de Justiça.
- c) Têm em sua composição apenas membros do Ministério Público da União.
- d) Não é permitido cidadãos de notável saber jurídico e reputação ilibada em sua composição.

09 – Conforme a Constituição Federal de 1988, é instituição permanente, essencial à função jurisdicional do Estado, incumbindo-lhe a defesa da ordem jurídica, do regime democrático e dos interesses sociais e individuais indisponíveis.

- a) Ministério Público
- b) Advocacia-Geral da União
- c) Supremo Tribunal Federal
- d) Tribunal de Justiça

10 – Conforme a Constituição de 1988, a respeito da Família, assinale a alternativa incorreta:

- a) A família, base da sociedade, tem especial proteção do Estado.
- b) Entende-se, também, como entidade familiar a comunidade formada por qualquer dos pais e seus descendentes.
- c) Fundado nos princípios da dignidade da pessoa humana e da paternidade responsável, o planejamento familiar não é livre decisão do casal, competindo ao Estado, além de propiciar recursos educacionais e científicos para o exercício desse direito, a possibilidade de intervir nesse planejamento familiar de forma coercitiva.
- d) O Estado assegurará a assistência à família na pessoa de cada um dos que a integram, criando mecanismos para coibir a violência no âmbito de suas relações.

DIREITO ADMINISTRATIVO

11 – Reputa-se, agente público, para o efeito da Lei n. 8.429/92:

- a) Todo aquele que exerce, ainda que transitoriamente ou sem remuneração, por eleição, nomeação, designação, contratação ou qualquer outra forma de investidura ou vínculo, mandato, cargo, emprego ou função nas entidades de direito público.
- b) Todo aquele que exerce, de forma efetiva e com remuneração, por eleição, nomeação, designação, contratação ou qualquer outra forma de investidura ou vínculo, mandato, cargo, emprego ou função nas entidades de direito público.
- c) Todo aquele que exerce, ainda que transitoriamente, mas com remuneração, por eleição, nomeação, designação, contratação ou qualquer outra forma de investidura ou vínculo, mandato, cargo, emprego ou função nas entidades de direito público.
- d) Todo aquele que exerce, de forma efetiva com ou sem remuneração, por eleição, nomeação, designação, contratação ou qualquer outra forma de investidura ou vínculo, mandato, cargo, emprego ou função nas entidades de direito público.

12 – Entidade dotada de personalidade jurídica de direito público ou privado, sem fins lucrativos, criada em virtude de lei autorizativa e registro em órgão competente, com autonomia administrativa, patrimônio próprio e funcionamento custeado por recursos da União e de outras fontes:

- a) A definição acima trata de Autarquia.
- b) A definição acima trata de Fundação Pública.
- c) A definição acima trata de Empresa Pública.
- d) A definição acima trata de Autarquia Pública.

13 – A Administração pode anular seus próprios atos, quando eivados de vícios que os tornem ilegais, porque deles não se originam direitos; ou revogá-los, por motivo de conveniência ou oportunidade, respeitados os direitos adquiridos, e ressalvada, em todos os casos, a apreciação judicial:

- a) A definição está correta.
- b) A definição está incorreta, porque desses atos se originam direitos.
- c) A definição está incorreta, porquanto dos atos eivados de vícios, quando não reclamados, se originam direitos.
- d) A definição está correta somente na parte que trata do resguardo aos direitos adquiridos.

14 – A vinculação ao instrumento convocatório é princípio básico da:

- a) Desafetação
- b) Competência
- c) Imprescritibilidade
- d) Licitação

15 – Assinale a assertiva incorreta:

- a) No que se refere à competência, à forma e à finalidade, o ato será sempre vinculado.
- b) No que se refere ao objeto e motivo podem ser vinculados ou discricionários, dependendo do ato analisado.
- c) No que se refere ao objeto e motivo o ato será sempre vinculado.
- d) A discricionariedade não alcança todos os elementos do ato administrativo.

16 – O Poder Público está obrigado, a cada ato que edita, a mostrar a pertinência (correspondência) em relação à previsão abstrata em lei e os fatos em concreto que foram trazidos à sua apreciação. Esta afirmação diz respeito:

- a) Ao Princípio da Motivação
- b) Ao Princípio da Razoabilidade
- c) Ao Princípio da Legalidade
- d) Ao Princípio da Moralidade

17 – O desvio de poder é caracterizado quando a Administração Pública faz uso de meios lícitos para alcançar propósitos metajurídicos irregulares. O princípio da Administração Pública que tem como um de seus objetivos principais coibir o desvio de poder é o da:

- a) Eficiência
- b) Moralidade
- c) Livre concorrência
- d) Pessoalidade

18 – Assinale a assertiva correta:

- a) A transferência da propriedade de terceiros para o Poder Público, por motivo de utilidade pública ou de interesse social, mediante o pagamento de indenização é definição de Desapropriação.
- b) A transferência da propriedade de terceiros para o Poder Público, por motivo de utilidade pública ou de interesse social, mediante o pagamento de indenização é definição de Confisco.
- c) A Usucapião também é um meio permitido para a perda de bens públicos.
- d) O direito conferido por lei ao proprietário de bens ou coisas, sobre quase todos os acréscimos ou frutos produzidos, isto é, sobre quase tudo que se incorpora natural ou industrialmente às mesmas coisas ou bens é definição de Acesso.

DIREITO CIVIL

19 – Sobre a Lei de Introdução ao Código Civil, assinale a alternativa incorreta:

- a) A retroatividade da lei é excepcional, deve emanar de disposição legal expressa e não pode gerar lesão ao ato jurídico perfeito, o direito adquirido e a coisa julgada.
- b) A Lei de Introdução cuida da proteção jurídica à pessoa humana, trazendo a aplicabilidade das normas e princípios no âmbito do Direito Civil.
- c) O princípio da inescusabilidade do desconhecimento da lei decorre da necessidade de segurança e estabilidade social. Uma vez publicada e em vigor, a lei é obrigatória para todos.
- d) A cessação da eficácia de uma lei não se dá automaticamente com a publicação da lei que a revoga, mas na data que a nova lei começa a vigorar e se torna obrigatória.

20 – Acerca das Pessoas naturais, marque a alternativa pertinente:

I – A incapacidade é a inexistência, em uma pessoa, de requisitos que a Lei reputa indispensáveis para que ela exerça os seus direitos.

II – A capacidade de exercício ou de fato resulta de condições biológicas e legais.

- a) As duas premissas estão erradas.
- b) Apenas a primeira afirmação está correta.
- c) Apenas a segunda está correta.
- d) As duas afirmações estão corretas

21 – No que se refere ao tema “dos bens”, marque a alternativa correta:

- a) Infungíveis são os móveis e imóveis que, por sua qualidade individual e valor especial, podem ser substituídos a qualquer tempo e sob qualquer condição.
- b) Públicos são os bens materiais ou imateriais de titularidade de uma pessoa jurídica de direito público ou uma pessoa de direito privado prestadora de serviço público, quando o referido bem estiver vinculado à prestação deste serviço público.

- c) A fungibilidade é própria dos bens móveis, mas estes podem tornar-se infungíveis por sentença irrecorrível.
- d) Os bens de uso comum, em virtude de admitirem sua utilização por qualquer pessoa, indiscriminadamente, a título gratuito ou oneroso, não se submetem às regras da inalienabilidade, impenhorabilidade e imprescritibilidade.

22 – Com relação aos negócios jurídicos, assinale a alternativa pertinente:

I – A validade do negócio jurídico independe de forma especial, desde que o agente seja capaz e o objeto lícito;

II – No negócio jurídico bilateral o silêncio de uma das partes sobre uma circunstância ignorada pela outra, constitui omissão dolosa, desde que sem ela o negócio não se teria realizado.

- a) As duas premissas estão corretas.
- b) Apenas a primeira afirmação está correta.
- c) As duas premissas estão erradas.
- d) Apenas a segunda afirmação está correta.

23 – Sobre prescrição e decadência, assinale a alternativa incorreta:

- a) Tanto a prescrição quanto a decadência são efeitos do decurso de tempo, cujo prazo é fixado em lei, aliado ao desinteresse ou inércia do titular do direito, nas relações jurídicas.
- b) A prescrição somente pode ser alegada no primeiro grau de jurisdição, cabendo ao Juiz que apreciou a pretensão deduzida em juízo declará-la de ofício.
- c) A prescrição extingue a pretensão, extinguindo também a ação.
- d) Os prazos de decadência fluem inexoravelmente contra quem quer que seja, não se suspendendo, nem admitindo interrupção.

24 – Sobre o tema “casamento”, assinale a alternativa correta:

- a) A capacidade para o casamento independentemente de autorização dos pais é atingida aos dezesseis anos.
- b) O casamento se realiza no momento em que o homem e a mulher manifestam, perante o Juiz, a sua vontade de estabelecer vínculo conjugal, e o juiz os declara casados.
- c) A sentença de separação judicial importa a separação de corpos, mas a partilha de bens será decretada por ocasião do divórcio.
- d) Ainda que a dissolução da sociedade ou do vínculo conjugal se opere por mútuo consentimento ou pelo divórcio consensual, a guarda dos filhos será estabelecida pelo juiz, visando à proteção e amparo destes.

25 – Sobre “adoção”, segundo o Código Civil Brasileiro, assinale a alternativa incorreta:

- a) A colocação do menor em família substituta é medida excepcional de proteção destinada a amparar as crianças e adolescentes cujos direitos fundamentais encontram-se ameaçados.
- b) A adoção por ambos os cônjuges ou companheiros poderá ser formalizada, desde que um deles tenha completado 18 (dezoito) anos de idade, comprovada a estabilidade da família.
- c) Inexiste interesse público relevante no processo de adoção, daí por que dispensável a participação do Ministério Público.
- d) A adoção atribui a situação de filho ao adotado, desligando-o de qualquer vínculo com os pais e parentes consangüíneos, salvo quanto aos impedimentos para o casamento.

26 – No que se refere a alimentos e união estável, assinale a alternativa pertinente:

I – São definitivos os alimentos estabelecidos como pensão periódica, ainda que sempre sujeitos à revisão judicial; provisórios aqueles que precedem ou são concomitantes a uma demanda de alimentos, separação, divórcio, nulidade ou anulação de casamento.

II – O Código Civil reconhece como entidade familiar a união entre o homem e a mulher, configurada na convivência pública, contínua e duradoura e estabelecida com o objetivo de constituição de família.

- a) Apenas a primeira alternativa está errada.
- b) Apenas a segunda alternativa esta correta.
- c) As duas alternativas estão erradas.
- d) As duas alternativas estão corretas.

DIREITO PENAL

27 – Considerando as disposições do Código Penal Brasileiro, assinale a alternativa incorreta:

- a) Não há crime sem lei anterior que o defina. Não há pena sem prévia cominação legal.
- b) A lei posterior, que de qualquer modo favorecer o agente, aplica-se aos fatos anteriores, ainda que decididos por sentença condenatória transitada em julgado.
- c) Considera-se praticado o crime no momento do resultado.
- d) Ficam sujeitos à lei brasileira, embora cometidos no estrangeiro, os crimes contra a vida ou a liberdade do Presidente da República.

28 – Assinale a alternativa incorreta:

- a) O condenado a quem sobrevém doença mental deve ser recolhido a hospital de custódia e tratamento psiquiátrico ou, à falta, a outro estabelecimento adequado.
- b) O preso conserva todos os direitos não atingidos pela perda da liberdade, impondo-se a todas as autoridades o respeito à sua integridade física e moral.
- c) O condenado será submetido, somente no final do cumprimento da pena, a exame criminológico.
- d) Considera-se regime semiaberto, a execução da pena privativa de liberdade em colônia agrícola, industrial ou estabelecimento similar.

29 – Assinale a alternativa correta:

- a) Quando o agente, mediante mais de uma ação ou omissão, pratica dois ou mais crimes, idênticos ou não, aplicam-se cumulativamente as penas privativas de liberdade em que haja incorrido.
- b) Quando o agente, mediante uma só ação ou omissão, pratica dois ou mais crimes, idênticos ou não, aplica-se-lhe cumulativamente as penas privativas de liberdade a eles impostas.
- c) No concurso de crimes, as penas de multa não serão aplicadas cumulativamente, mas aumentadas de 1/6 (um sexto) até ½ (metade).
- d) O tempo de cumprimento das penas privativas de liberdade não poderá ser superior a 45 (quarenta e cinco) anos.

30 – No tocante aos crimes contra a pessoa, assinale a alternativa incorreta:

- a) Configura crime provocar aborto com o consentimento da gestante.
- b) Configura crime induzir ou instigar alguém a suicidar-se ou prestar-lhe auxílio para que o faça.
- c) Configura lesão corporal de natureza simples a agressão física praticada contra ascendente, descendente, irmão, cônjuge ou companheiro, ou com quem conviva ou tenha convivido, ou, ainda, prevalecendo-se o agente das relações domésticas, de coabitação ou de hospitalidade.
- d) Na hipótese de homicídio culposo, o juiz poderá deixar de aplicar a pena, se as consequências da infração atingirem o próprio agente de forma tão grave que a sanção penal se torne desnecessária.

31 – Em relação aos crimes contra o patrimônio, assinale a alternativa correta:

- a) Subtrair, para si ou para outrem, coisa alheia móvel, configura o crime de roubo.
- b) Sequestrar pessoa com o fim de obter, para si ou para outrem, qualquer vantagem, como condição ou preço do resgate configura o crime de extorsão mediante sequestro.
- c) Apropriar-se de coisa alheia móvel, de que tem a detenção, constitui crime de furto.

- d) Apropriar, receber, transportar, conduzir ou ocultar, em proveito próprio ou alheio, coisa que sabe ser produto de crime, ou influir para que terceiro, de boa-fé, a adquira, receba ou oculte, constitui crime de apropriação indébita.

32 – Quanto ao livramento condicional, assinale a alternativa incorreta:

- a) Se até o seu término o livramento não é revogado, considera-se extinta a pena privativa de liberdade.
- b) Revogado o livramento, não poderá ser novamente concedido, e, salvo quando a revogação resulta de condenação por outro crime anterior àquele benefício, não se desconta na pena o tempo em que esteve solto o condenado.
- c) Revoga-se o livramento, se o liberado vem a ser condenado a pena privativa de liberdade, em sentença irrecorrível, por crime cometido durante a vigência do benefício.
- d) O juiz poderá conceder livramento condicional ao condenado a pena privativa de liberdade igual ou superior a 2 (dois) anos, desde que cumprido mais de 1/3 (um terço) da pena, nos casos de condenação por crime hediondo, prática da tortura, tráfico ilícito de entorpecentes e drogas afins, e terrorismo, se o apenado não for reincidente específico em crimes dessa natureza.

33 – Assinale a alternativa correta:

- a) Submeter criança ou adolescente sob sua autoridade, guarda ou vigilância a vexame ou a constrangimento, constitui apenas ilícito civil, passível de indenização por danos morais.
- b) Vender ou expor à venda fotografia, vídeo ou outro registro que contenha cena de sexo explícito ou pornográfica envolvendo criança ou adolescente, configura crime de pedofilia.
- c) Configura crime subtrair criança ou adolescente ao poder de quem o tem sob sua guarda em virtude de lei ou ordem judicial, com o fim de colocação em lar substituto.
- d) Para configurar o crime de associação para a prática do tráfico de drogas é necessária a participação de, no mínimo, três pessoas.

34 – Assinale a alternativa incorreta:

- a) Não se aplica a transação penal aos crimes praticados com violência doméstica e familiar contra a mulher.
- b) Constitui crime, discriminar pessoa idosa, impedindo ou dificultando seu acesso a operações bancárias, aos meios de transporte, ao direito de contratar ou por qualquer outro meio ou instrumento necessário ao exercício da cidadania, por motivo de idade.
- c) Apenas se pune a conduta de disparar arma de fogo ou acionar munição em lugar habitado ou em suas adjacências, em via pública ou em direção a ela, quando a ação tiver como finalidade a prática de outro crime.
- d) Constitui crime negar, sem justa causa, a alguém, por motivos derivados de sua deficiência, emprego ou trabalho.

DIREITO PROCESSUAL CIVIL

35 – Quanto às disposições gerais relativas aos procedimentos especiais de jurisdição voluntária, é incorreto afirmar que:

- a) O prazo para responder é de 15 (quinze) dias.
- b) O juiz não é obrigado a observar critério de legalidade estrita.
- c) Ao juiz é lícito investigar livremente os fatos e ordenar de ofício a realização de quaisquer provas.
- d) O procedimento terá início por provocação da parte ou do Ministério Público.

36 – A *Perpetuatio Jurisdictionis* significa que:

- a) Determina-se a competência no momento em que há a citação válida. São irrelevantes as modificações no estado de fato ou de direito ocorridas posteriormente, salvo quando suprimirem o órgão judiciário ou alterarem a competência em razão da matéria ou da pessoa.
- b) Determina-se a competência no momento em que a ação é proposta. São irrelevantes as modificações no estado de fato ou de direito ocorridas posteriormente, salvo quando suprimirem o órgão judiciário ou alterarem a competência em razão da matéria ou da pessoa.

- c) Determina-se a competência no momento em que há a citação válida. São irrelevantes as modificações no estado de fato ou de direito ocorridas posteriormente, inclusive quando suprimirem o órgão judiciário ou alterarem a competência em razão da matéria ou da pessoa.
- d) Determina-se a competência no momento em que há a citação válida. São irrelevantes as modificações no estado de fato ou de direito ocorridas posteriormente, inclusive quando suprimirem o órgão judiciário ou alterarem a competência em razão da matéria ou da pessoa.

37 – São deveres das partes e de quem de qualquer forma participe do processo, exceto:

- a) Expor os fatos em juízo conforme a verdade.
- b) Proceder com lealdade e boa-fé.
- c) Buscar os meios alternativos de solução dos conflitos.
- d) Cumprir com exatidão os provimentos mandamentais.

38 – O Ministério Público pode recorrer:

- a) Só nos processos em que atue como parte.
- b) Só nos processos em que atue como fiscal da lei.
- c) Nos processos em que atue como parte ou como fiscal da lei.
- d) Em todos os processos de jurisdição contenciosa e voluntária.

39 – A citação válida, ainda quando ordenada por juiz incompetente:

- a) Torna prevento o juízo.
- b) Induz litispendência.
- c) Faz litigiosa a coisa.
- d) Constitui em mora o devedor.

40 – A decisão do relator que converter agravo de instrumento em agravo retido:

- a) Comporta agravo interno.
- b) Comporta recurso especial e/ou extraordinário.
- c) Comporta agravo regimental.
- d) Não comporta qualquer recurso.

41 – A respeito da ação civil pública, é correto afirmar que:

- a) Somente pode ser ajuizada mediante prévio inquérito civil.
- b) A sua propositura, assim como do inquérito civil, cabe privativamente ao Ministério Público.
- c) Pode ser instaurada de ofício pelo juiz.
- d) O Ministério Público pode desistir de faculdades processuais, bem como poderá assumir, em caso de desistência infundada ou abandono da ação por associação legitimada, a titularidade ativa da ação civil pública.

42 – Ao ajuizar ação cautelar incidental, o postulante não precisará indicar na petição inicial:

- a) A autoridade judiciária, a que for dirigida.
- b) A lide principal e seu fundamento.
- c) A exposição sumária do direito ameaçado e o receio de lesão.
- d) As provas que serão produzidas.

DIREITO PROCESSUAL PENAL

43 – Assinale a alternativa correta:

- a) A legitimatio ad processum e a legitimatio ad causam não podem ser exercidas pela mesma pessoa simultaneamente.
- b) O princípio da divisibilidade da ação penal obriga a sua deflagração em face de todas as pessoas contra as quais existam indícios de autoria e materialidade da infração penal.
- c) A ação penal condicionada a representação rege-se pelo princípio da indisponibilidade após sua propositura.
- d) A ação penal privada resulta sempre da inércia injustificada do órgão ministerial.

44 – Assinale a alternativa correta:

- a) O princípio da presunção de inocência consagrado pelo artigo 5º, LVII, da Constituição Federal, impede, em qualquer caso, o cerceamento da liberdade do cidadão, mediante prisão, antes da sentença penal condenatória com trânsito em julgado.
- b) A decretação de nulidade de um ato depende da ocorrência de prejuízo, sendo este presumido quando tratar-se de nulidade relativa.
- c) o princípio da fungibilidade recursal sofre limitação pela má fé do recorrente.
- d) caso o indiciado ou acusado venha cometer um delito, durante o exercício funcional, prevalece a competência especial por prerrogativa de função, ainda que o inquérito ou a ação penal sejam iniciados após a cessação daquele exercício.

45 – (Direito ao Silêncio) – Assinale a alternativa correta:

- a) Restringe-se ao momento processual.
- b) Caso o magistrado venha admoestar o réu sobre sua atitude silenciosa apontando-lhe consequências judiciais, o ato mostra-se eivado de nulidade absoluta, segundo entendimento do STF.
- c) Não necessita ser observado nos ritos processuais especiais.
- d) Mesmo como manifestação do direito de defesa do réu, não se aplica a primeira parte do seu interrogatório (art. 187, § 1º CPP).

46 – (segundo a Lei Processual Penal, o inquérito policial pode ser iniciado):

- a) Por requisição do Ministério Público.
- b) Independentemente de representação ou requisição nos crimes de Ação Pública Condicionada.
- c) Mediante requerimento do Promotor de Justiça.
- d) Através de "*delação postulatória*" da vítima nos crimes hediondos.

47 – (Competência) – Assinale a alternativa correta:

- a) A conexão e a continência importarão sempre em unidade e julgamento dos processos para evitar decisões contraditórias e também por economia processual.
- b) No concurso entre jurisdição comum estadual e jurisdição comum federal prevalecerá esta.
- c) No concurso entre a jurisdição comum e a especial, aplicar-se-á o critério da prevenção.
- d) Havendo co-autoria na prática de um crime contra o patrimônio, ocorrerá separação obrigatória de processo quando somente um dos acusados possuir foro privilegiado.

48 – Constitui flagrante presumido ou ficto, quando:

- a) O agente é encontrado, logo depois, com instrumentos, armas, objetos ou papéis que façam presumir ser ele o autor da infração.
- b) O agente acaba de cometer a infração.
- c) O agente é perseguido, logo após a prática da infração penal, pelo ofendido ou por qualquer pessoa, em situação que faça presumir ser o autor do fato.
- d) O agente está cometendo a infração penal.

49 – São princípios básicos do Processo Penal:

- a) Verdade real, legalidade, contraditório e sigilosidade.
- b) Verdade real, legalidade, identidade física do juiz e iniciativa das partes.
- c) Oficialidade, subsidiariedade, iniciativa das partes e contraditório.
- d) Verdade formal, obrigatoriedade, oficialidade e contraditório.

50 – (Liberdade e Prisão Provisória) – Assinale a alternativa correta:

- a) A constituição Federal não permite qualquer espécie de prisão além do flagrante delito ou aquela decorrente de ordem da autoridade judiciária competente.
- b) O flagrante prorrogado ou retardado é possível em qualquer modalidade criminosa.
- c) O flagrante prorrogado ou retardado é possível em qualquer modalidade criminosa.
- d) A autoridade policial poderá liberar o indiciado, mediante fiança, em algumas hipóteses.